

DA CESSÃO DE QUOTAS

Cláusula Oitava - O sócio que desejar retirar-se da sociedade devesse comunicar ao outro, por escrito com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias a sua intenção de não mais continuar na sociedade. Os haveres do sócio retirante apurados em Balanço especialmente levantado para esta finalidade lhe serão pagos de acordo com o que ficar combinado na ocasião e de acordo com as possibilidades econômico-financeira da sociedade, de modo a não afetar a continuidade dos negócios sociais.

Parágrafo Único- As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio a que fica assegurado, em igualdade e condições o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realiza acessão delas, a alteração contratual pertinente.

DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS LUCROS OU PREJUÍZOS

Cláusula Nona - Em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, proceder-se-á com observância a prescrição, ao levantamento do balanço geral das atividades sociais. Do lucro apurado, poderão os sócios partilhar na proporção das quotas de capital que possuírem ocorrendo prejuízo estes deverão ser suportados pelos sócios na proporção das quotas de capital respectivas.

Cláusula Décima - O exercício social coincidir com o ano civil.

DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Cláusula Décima Primeira - As reuniões de sócios para deliberações previstas em Lei serão convocadas com antecedência mínima de 10 (Dez) dias, por meio de carta com ciência por escrito dos convocados.

Parágrafo Primeiro - As reuniões de sócios poderão ser dispensadas quando todos os sócios decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto delas.

DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Cláusula Décima Segunda - Nós termos do artigo 997, combinado com o artigo 1.054, ambos da Lei 10.406/2002, ficam exposto que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

DA INTERDIÇÃO E CAUSA MORTIS

Cláusula Décima Terceira - Em caso de falecimento de qualquer um dos sócios, os haveres deste, mediante avaliação por peritos serão pagos aos seus herdeiros em 12 (doze) prestações mensais de igual valor, vencendo-se a primeira em 60 (sessenta) dias após o óbito. Em caso de interesse dos herdeiros em continuarem na sociedade estes indicarão um que os representara na mesma. Esta participação dependerá de aprovação do sócio remanescente

PARÁGRAFO ÚNICO - A sociedade obriga-se pagar mensalmente aos herdeiros da sócia falecida ou inválida durante 12(doze) meses seguintes ao óbito ou invalidez, a mediados valores do Pró-Labore recebidos no ultimo trimestre.

DO ENCERRAMENTO DA SOCIEDADE

Cláusula Décima Quarta - A sociedade poderá ser dissolvida desde que haja acordo unânime entre os quotistas, uma vez dissolvida, depois de pagas as dividas, eventualmente existente o saldo será rateado entre os sócios na proporção das quotas de cada um.

DUVIDAS SOCIAIS

Cláusula Décima Quinta - Para dirimir quaisquer duvidas decorrentes do presente contrato social fica eleito o foro da cidade ou comarca da sede da empresa, com a expressa renuncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

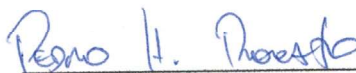
Parágrafo Único - As duvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato serão supridas ou resolvidas com a regência supletiva pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e em outras disposições legais que lhe forem aplicáveis.

E assim, por estarem justos e combinados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas para que produza todos os efeitos de direito destinando-se uma das vias ao arquivo da MM Junta Comercial do Estado de São Paulo e as demais, aos sócios interessados.

Campinas, 18 de março de 2016.



CHRISTIANE AGNES RONCATO
RG 8.320.112 SSP/SP
CPF 025.830.908-36

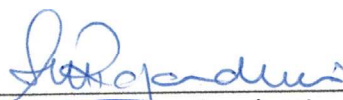


PEDRO HENRIQUE RONCATO ISMAEL
RG 54.702.767-9 SSP/SP
CPF 230.238.528-47

Testemunhas:



Mauricio Zanfurlin Landucci
RG 18.672.953-4 SSP/SP



Stela Maris Pagano Landucci
RG 22.782.785-5 SSP/SP

